

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. **Desempenho do exercício:** O Banco encerrou o exercício de 2024 com um lucro líquido de R\$ 323.579 mil, contra um lucro líquido de R\$ 325.916 mil apresentado no exercício de 2023. Apresentou índice de Baseleia do Conglomerado de 51,65% (25,08% em 2023) e patrimônio mínimo ex-

gido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 399.489 mil (R\$ 952.960 mil em 2023). **Outras informações:** O Banco é controlador integral da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil. De acordo com o disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068 do BACEN, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve distribuição de dividendos no valor R\$ 309.620 mil (R\$ 1.000 mil em 2023) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 198.525 mil (R\$ 189.125 mil em

2023), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 198.525 mil (R\$ 189.125 mil em 2023), integrados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* ("BNS"). **Agradecimentos:** O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2024		2023	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		312.361	562.340	498.169	498.169
Operações de crédito	9f	179.393	273.798	(8.161)	(8.161)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		716.907	1.348.711	1.334.965	1.334.965
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	413.101	1.472.010	143.189	143.189
Operações de captação no mercado aberto	(125.242)	(360.962)	(847.108)	(847.108)	(847.108)
Operações de empréstimos e repasses	(828.334)	(1.863.368)	(1.556.433)	(1.556.433)	(1.556.433)
Resultado em operações de câmbio	(43.464)	(307.849)	31.717	31.717	31.717
Resultado da intermediação financeira		312.361	562.340	498.169	498.169
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(239)	(1.732)	9.249	9.249
Títulos e valores mobiliários		-	377	(65)	(65)
Garantias financeiras prestadas		-	24	(22)	(22)
Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	9d	(239)	(2.133)	9.336	9.336
Resultado bruto da intermediação financeira		312.122	560.608	507.418	507.418
Outras receitas/(despesas) operacionais		(97.811)	(160.890)	(93.535)	(93.535)
Receitas de prestação de serviços	28	10.928	23.859	30.256	30.256
Despesas de pessoal	25	(65.712)	(118.181)	(86.662)	(86.662)
Outras despesas administrativas	26	(23.486)	(43.325)	(38.656)	(38.656)
Despesas tributárias	(24.515)	(34.492)	(8.832)	(8.832)	(8.832)
Resultado de participação em controlada	12	(94)	(382)	1.389	1.389
Outras receitas operacionais	27	5.300	11.863	8.970	8.970
Outras despesas operacionais	(232)	(232)	-	-	-
Despesas de provisão para contingências		(763)	(1.690)	(2.012)	(2.012)
Trabalhistas	(60)	(83)	(41)	(41)	(41)
Fiscais	(703)	(1.607)	(1.970)	(1.970)	(1.970)
Cíveis	-	-	(1)	(1)	(1)
Resultado operacional		213.548	398.028	411.871	411.871
Resultado não operacional		(34)	(211)	(249)	(249)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		213.514	397.817	411.622	411.622
Imposto de renda e contribuição social	20a	11.469	(70.740)	(82.391)	(82.391)
Provisão para imposto de renda	22.863	(17.673)	(180.692)	(180.692)	(180.692)
Provisão para contribuição social	17.195	(15.410)	(144.554)	(144.554)	(144.554)
Ativo fiscal diferido	(28.589)	(37.657)	242.855	242.855	242.855
Participações nos lucros		(2.056)	(3.498)	(3.315)	(3.315)
Lucro líquido do semestre/exercícios		222.927	323.579	325.916	325.916
Lucro líquido por ação - R\$		2.203,00	3.197,66	3.584,95	3.584,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2024		2023	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercícios		222.927	323.579	325.916	325.916
Itens que podem ser reclassificados para o resultado					
Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		(2.849)	(3.567)	14.713	14.713
Títulos e valores mobiliários	(4.602)	(5.868)	26.389	26.389	26.389
Efeito fiscal	2.071	2.640	(11.875)	(11.875)	(11.875)
Ajuste de avaliação patrimonial controlada	(318)	(339)	199	199	199
Resultado abrangente do semestre/exercícios		220.078	320.012	340.629	340.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2024		2023	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Atividades operacionais		222.927	323.579	325.916	325.916
Lucro líquido do semestre/exercícios		(8.569)	78.230	77.451	77.451
Ajustes ao lucro líquido					
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	239	1.732	(9.249)	(9.249)	(9.249)
Resultado de participações em controladas e coligadas	94	383	(1.389)	(1.389)	(1.389)
Depreciações e amortizações	1.788	3.511	3.293	3.293	3.293
Perda na baixa de imobilizado de uso	10	169	362	362	362
Perda na baixa de investimento	6	6	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(11.469)	70.740	82.392	82.392	82.392
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	763	1.689	2.012	2.012	2.012
Varição de ativos e passivos operacionais		(3.726.511)	(315.228)	(300.197)	(300.197)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(527.169)	158.354	263.652	263.652	263.652
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	252.623	(339.730)	(501.494)	(501.494)	(501.494)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	3.562.603	7.934.152	(1.996.222)	(1.996.222)	(1.996.222)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(133.999)	(1.253.204)	521.902	521.902	521.902
(Aumento)/redução em operações de câmbio	(139.528)	125.948	600.523	600.523	600.523
Redução em outros ativos financeiros	581.450	148.783	378.384	378.384	378.384
(Aumento)/redução em outros ativos	(2.064)	(1.234)	2.005	2.005	2.005
(Aumento)/redução em depósitos	(621.674)	(3.662.200)	543.617	543.617	543.617
(Aumento)/redução em captações no mercado aberto	18.246	138.276	(575)	(575)	(575)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(6.671.538)	(3.638.325)	(74.927)	(74.927)	(74.927)
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	(17.817)	80.638	(37.370)	(37.370)	(37.370)
Aumento/(redução) em outros passivos	(126)	29.583	735	735	735
(Aumento) em provisão para contingências	-	(1)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.518)	(36.268)	(427)	(427)	(427)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais		(3.512.153)	86.581	103.170	103.170
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado de uso	(10.353)	(11.693)	(1.304)	(1.304)	(1.304)
Aquisição de intangível	(70)	(137)	(18)	(18)	(18)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(10.423)	(11.830)	(1.493)	(1.493)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	198.525	198.525	189.125	189.125	189.125
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(233.559)	(233.559)	(222.500)	(222.500)	(222.500)
Pagamento de dividendos	(309.620)	(309.620)	(1.000)	(1.000)	(1.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(344.654)	(344.654)	(34.375)	(34.375)
Resultado da variação de caixa e equivalentes de caixa		(3.867.230)	(269.903)	67.302	67.302
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	7.315.913	3.718.586	3.651.284	3.651.284	3.651.284
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	3.448.683	3.448.683	3.718.586	3.718.586	3.718.586
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		(3.867.230)	(269.903)	67.302	67.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixa de ativo financeiro: Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários: - Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou - O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa. Trimestralmente, o Banco realiza uma análise detalhada do fluxo de caixa de cada contraparte. Esta análise abrange tanto o fluxo de caixa próprio quanto a capacidade de recuperação das garantias. Com base nessa avaliação, decide-se sobre a viabilidade de recuperação do valor tomado. Se a recuperação for considerada inviável, procede-se com a baixa contábil. **Ajuste ao risco de crédito próprio:** A Resolução CMN nº 4.966 institui o reconhecimento da parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição, conhecido como *DVA (Debit Valuation Adjustment)*. Com isso, o Banco estimou um impacto positivo de aproximadamente R\$ 4.193 em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, decorrente da adoção da Resolução CMN nº 4.966, relativo ao ajuste de seu passivo financeiro. **Hedge accounting:** Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade. Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo: - *Hedge* de valor justo; - *Hedge* de fluxo de caixa; - *Hedge* de investimento líquido no exterior. **b) Resolução CMN nº 4.975:** A Resolução CMN nº 4.975 define que as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar o CPC 06 - Arrendamentos "no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil." Desta forma, o Banco passou a tratar o contrato de aluguel de sua sede como um arrendamento financeiro, reconhecendo em seu balanço um ativo de direito de uso, que é depreciado pelo prazo do contrato, e um passivo de arrendamento, com reconhecimento de despesa financeira. O Banco realizou uma provisão considerando as despesas de juros, depreciação e aluguel para calcular o valor presente destes fluxos e definir o valor inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço, utilizando taxas de mercado. Ao final do contrato, o total das despesas de juros e depreciação reconhecidas no resultado é igual ao total dos montantes de aluguel efetivamente pagos, apesar de o momento do reconhecimento das despesas ser diferente. Com base nos modelos adotados, o Banco estimou um impacto

contínuo.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	59.472	32.499
Ativos financeiros		13.807.201	16.386.940
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.015.735	9.470.965
Títulos e valores mobiliários	6	2.323.071	1.989.209
Instrumentos financeiros derivativos	7d	405.007	4.423.504
Operações de crédito	9a	1.253.204	-
Operações de câmbio	10	752.684	296.979
Outros ativos financeiros	11a	57.500	206.283
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(133)	(21.840)
Títulos e valores mobiliários	6	-	(377)
Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(133)	(21.463)
Outros ativos	11b	41.726	4.224
Créditos tributários	20b/c	475.773	510.790
Investimentos		65.471	66.198
Participações em controladas	12	65.471	66.192
Outros investimentos	-	-	6
Imobilizado de uso		18.759	9.832
Imóveis de uso	-	2.332	2.332
Outras imobilizações de uso	-	31.275	20.715
Depreciações acumuladas	-	(14.848)	(13.215)
Intangível		2.023	2.801
Ativos intangíveis	-	5.538	5.401
Amortizações acumuladas		(3.515)	(2.600)
Total do ativo		14.470.292	16.991.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Passivo	Nota	2024	2023
Passivos financeiros		10.136.434	12.697.276
Depósitos	13	936.475	4.598.676
Captações no mercado aberto	14	1.025.016	886.740
Obrigações por empréstimos	15	1.998.140	6.889.669
Obrigações por repasses	16, 29b	1.253.204	-
Instrumentos financeiros derivativos	7d	4.223.603	307.948
Operações de câmbio	10	608.311	3.196
Outros passivos financeiros	17a	91.685	11.047
Outros passivos	17b	177.476	56.072
Obrigações fiscais diferidas	20b	698.446	757.207
Provisão para contingências	18d	34.035	32.346
Patrimônio líquido		3.423.901	3.448.543
Capital social	19a	2.825.473	2.626.948
Reservas de lucros	-	602.305	821.905
Outros resultados abrangentes	-	(3.877)	(310)
Total do passivo		14.470.292	16.991.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336					

to negativo de aproximadamente R\$ 260 em seu patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, consequente da adoção da Resolução CMN nº 4.975. **c) Impostos Correntes e Diferidos:** A Lei nº 14.467, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 9.430 não se aplicará mais às instituições financeiras. Tais alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. **Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:** (i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação; (ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras: - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida; - Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito; - Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores. Os fatores "A" e "B" estão definidos na Instrução Normativa RFB nº 1.700. Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo. Recuperação de créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real. Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF), diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior. Adicionalmente, deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real. Conforme a Lei nº 14.467, estabeleceu diretrizes o qual Banco será responsável por realizar a dedução na proporção de 1/36 para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até 31 de dezembro de 2024, e ainda não deduzidas até esta data. O Banco estimou um impacto fiscal negativo de aproximadamente R\$ 3.230 em seu patrimônio líquido, consequente da adoção das Resoluções CMN nº 4.966 e nº 4.975.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: **a. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. **b. Ajustamento de resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas"(despesas) da intermediação financeira" na demonstração de resultado. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. **d. Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.082 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos mantidos até o vencimento", para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor patrimonial das respectivas cotas. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de *swap*, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. Instrumentos financeiros considerados como *hedge* contábil de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%. **f. Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **h. Operações de câmbio:** A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento disponibilizada pelo BACEN. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **i. Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **j. Permanente:** **• Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.535, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. **• Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **• Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificadas perdas por *impairment*. **l. Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses:** Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias. **m. Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. **n. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c). **o. PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. **q. Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 22). **r. Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, nos quais o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **s. Resultado recorrente e não recorrente:** A Resolução ECB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: (i) Não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 30.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2024	2023
Disponibilidades	59.472	32.499
Moeda nacional	3.715	3.253
Moeda estrangeira	55.757	29.246
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.389.211	3.686.087
Aplicações em operações compromissadas - revendas a liquidar - posição bancada	3.205.971	3.435.196
Aplicações em depósitos interfinanceiros	183.241	250.891
Total	3.448.683	3.718.586

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2024	2023
Aplicações em operações compromissadas	Até 3 meses	Total
Posição bancada	8.832.494	8.832.494
LTN	7.805.878	7.805.878
NTN	-	1.170.253
Posição vendida		
LTN	1.011.574	1.011.574
Posição financiada		
LTN	15.042	15.042
Aplicações em depósitos interfinanceiros	183.241	183.241
Total	9.015.735	9.470.965

6. Títulos e Valores Mobiliários
O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:
Composição por tipo e vencimento

	2024				2023		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado contábil	Valor de mercado contábil
Títulos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-
LTN	-	-	-	-	-	-	10.326
NTN	-	-	-	-	1.607	1.607	1.770
Total	-	-	-	-	1.607	1.607	12.096

Títulos disponíveis para venda
Carteira própria

	2024				2023		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado	Valor de mercado
LTN	-	-	-	-	69.233	69.233	303.864
Ações de companhias fechadas	6.855	-	-	-	6.855	7.568	7.568
Subtotal	6.855	-	-	-	69.233	76.088	311.432

Valores mobiliários

	2024				2023		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado	Valor de mercado
LTN	-	-	-	-	572.303	577.430	281.932
LFT	-	354.048	-	-	160.330	1.114.204	1.628.685
Cotas de fundo de investimento	44.491	-	-	-	44.491	44.491	43.690
Subtotal	44.491	354.048	291.070	441.563	1.114.204	2.245.376	2.520.606
Total	51.346	354.048	291.070	441.563	1.185.044	2.323.071	1.989.209

Títulos mantidos até o vencimento
Carteira própria

	2024				2023		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado	Valor de mercado
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	74.020
Total	-	-	-	-	-	-	74.020

Total Geral
51.346 354.048 291.070 441.563 1.185.044 2.323.071 2.329.684 1.989.209 1.990.569

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.
(ii) No exercício de 2024, não há a provisão para perdas associadas ao risco de crédito (R\$ 377 em 2023).
Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos: **a. Contratos futuros:**

	2024		2023	
	Valor de mercado referencial	Ajuste a receber(pagar)	Valor de mercado referencial	Ajuste a receber(pagar)
Posição comprada	39.937.004	(91.474)	40.386.548	157.933
DI	4.064.636	(182)	1.493.189	(267)
DDI	35.477.609	(90.588)	38.893.359	158.200
Dólar	394.759	(704)	-	-
Posição vendida	1.957.150	4.111	1.861.615	(4.729)
DI	138.683	167	311.849	278
DDI	1.337.996	2.537	1.004.860	(3.253)
Dólar	480.471	1.407	544.906	(1.754)

Em 31 de dezembro de 2024, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outros passivos financeiros" no passivo circulante, o montante de R\$ 106 (R\$ 38 em 2023), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. **b. Operações de swap e operações a termo:**

	2024		2023	
	Valor de mercado referencial	Valor de custo	Valor de mercado referencial	Valor de custo
Por indexador				
Swap				
Valores a receber	3.223.283	399	76.319	32.222.291
CDI x Dólar	2.813.545	-	74.296	31.978.791
Pré x Dólar	-	-	-	243.500
Dólar x CDI	5.878	372	369	-
CDI x CDI	403.860	27	1.654	-
Valores a pagar	30.626.960	(5.479.202)	(4.220.609)	3.439.588
CDI x Dólar	30.204.954	(5.413.156)	(4.147.085)	3.352.235
Pré x Dólar	243.500	(64.931)	(72.370)	-
Dólar x CDI	178.506	(1.115)	(1.154)	87.353

Termo de moedas - NDF

	2024	2023
Valores a receber	3.481.536	326.268
Posição comprada - Dólar	3.481.536	326.268
Posição vendida - Dólar	-	-
Valores a pagar	413.871	(2.535)
Posição comprada - Dólar	285.891	(569)
Posição vendida - Dólar	127.980	(2.535)
Total	37.745.560	(5.155.070)

c. Composição por vencimento: O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2024				2023			
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	6.284.577	4.791.355	7.946.076	22.872.146	41.894.154	42.248.163	-	-
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	4.177.856	1.975.928	7.966.094	19.730.365	33.850.243	35.661.879	-	-
Termo de moedas - NDF ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.265.321	1.023.780	572.379	33.927	3.895.407	2.361.934	-	-
Total	12.727.754	7.791.063	16.484.549	42.636.438	79.639.804	80.271.976	-	-

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. (ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d. Segregação entre circulante e não circulante: O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Swap	2.023	74.296	76.319	576.683	3.846.025	4.422.708
Termo de moedas - NDF	328.690	(2)	328.688	719	77	796
Total	330.713	74.294	405.007	577.402	3.846.102	4.423.504
Passivo						
Swap	(2.647.521)	(1.573.088)	(4.220.609)	(140.642)	(89.062)	(229.704)
Termo de moedas - NDF	(2.874)	(120)	(2.994)	(72.486)	(5.758)	(78.244)
Total	(2.650.395)	(1.573.208)	(4.223.603)	(213.128)	(94.820)	(307.948)

e. Resultados: Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim compostos:</

(commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do BACEN, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (hedge) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na carteira bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (Held to Maturity) e os instrumentos da carteira de tesouraria. Com o intuito de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração. **Análise de sensibilidade 1:** São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros	(78)	78
Exposição de juros prefixados	684	(684)
Exposição ao cupom cambial	606	(606)
Total	606	(606)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros	(3.751)	3.751
Exposição de juros prefixados	584	(584)
Exposição ao cupom cambial	3.167	(3.167)
Total	(3.167)	3.167

Análise de sensibilidade 2: São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais. • **Cenário (I):** Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. • **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. • **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação:

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros	(8)	(342)	(513)
Exposição de juros prefixados	(68)	(783)	(1.175)
Exposição ao cupom cambial	(76)	(1.125)	(1.688)
Total	(672)	(1.343)	(2.015)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros	(375)	(11.084)	(16.626)
Exposição de juros prefixados	(58)	(664)	(995)
Exposição ao cupom cambial	(433)	(11.748)	(17.621)
Total	(1.041)	(2.083)	(3.124)

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco. No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito: a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2024		2023	
	A vencer			
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	Acima de 12 meses	Total
Sector privado				
Nota de crédito à exportação (NCE)	-	148.624	1.104.580	1.253.204
Indústria	-	148.624	1.104.580	1.253.204
Total NCE	-	148.624	1.104.580	1.253.204
CCL exportação com ACC/ACE - (nota 10)	65.108	56.696	-	121.804
Indústria	65.108	56.696	-	121.804
Rendas a receber de ACC/ACE - (nota 10)	979	1.238	-	2.217
Indústria	979	1.238	-	2.217
Variação cambial CCL exportação com ACC/ACE (1)	3.898	5.283	-	9.181
Indústria	3.898	5.283	-	9.181
Total ACC e ACE	69.985	63.217	-	133.202
Indústria	69.985	63.217	-	133.202
Total	69.985	211.841	1.104.580	1.386.406

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de câmbio comprado a liquidar. (CCL) das operações com adiamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533. **b. Concentração das operações de crédito:**

	2024		2023	
	Principal devedor	Principal devedor	Principal devedor	Principal devedor
Percentual sobre o total da carteira de crédito	1.253.204	234.054	90,4%	79,7%
20 maiores devedores	1.386.406	293.785	100,0%	100,0%
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%		

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024		2023	
	% mínimo de provisionamento requerido	Total da carteira	Provisão mínima	Provisão complementar ⁽¹⁾
AA	0%	1.386.406	-	(133)
A	0,50%	-	-	(133)
H	100%	-	-	(133)
Total		1.386.406		(133)

(i) Provisão complementar aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024		2023	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Rendas de financiamentos à exportação	179.392	273.797	1.472	18.068
Rendas de repasses interfinanceiros	-	-	-	(27.701)
Variação cambial negativa	-	-	-	-
Rendas de conta garantida	1	1	-	-
Total	179.393	273.798	(8.161)	(8.161)

10. Operações de Câmbio

	2024		2023	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Câmbio comprado a liquidar	750.467	-	288.906	-
Direitos sobre vendas de câmbio	-	-	2.562	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - (nota 9a)	2.217	-	5.511	-
Total	752.684	296.979	752.684	296.979

Passivo circulante

	2024		2023	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Obrigações por compra de câmbio	730.115	-	294.365	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	2.562	-
Adiantamentos sobre contrato de câmbio - (nota 9a)	(121.804)	-	(293.731)	-
Total	608.311	3.196	608.311	3.196

11. Outros Ativos: a. Composição de outros ativos financeiros:

	2024		2023	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Negociação e intermediação de valores	4.216	-	158.479	-
Outros	2	-	4	-
Subtotal	4.218	158.483	4.218	158.483
Devedores por depósitos em garantia - (nota 18d)	53.282	-	47.800	-
Subtotal	53.282	47.800	53.282	47.800
Total	57.500	206.283	57.500	206.283

b. Composição de outros ativos:

	2024		2023	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Adiantamentos e antecipações salariais	1.210	-	274	-
Antecipação de IRPJ e CSLL	36.728	-	491	-
Outros impostos e contribuições a compensar	460	-	444	-
Valores a receber sociedades ligadas	1.831	-	1.750	-
Outros valores e bens	1.399	-	1.153	-
Subtotal	41.628	4.112	41.628	4.112
Antecipação de IRPJ e CSLL	16	95	82	17
Outros valores e bens	98	-	112	-
Subtotal	41.726	4.224	41.726	4.224

12. Participações em Controladas: O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	2024		2023	
	Percentual de participação no capital social	Quantidade de ações deidas	Percentual de participação no capital social	Quantidade de ações deidas
Capital social da controlada	100%	60.000.000	100%	60.000.000
Patrimônio líquido da controlada	65.471	66.192	65.471	66.192
Resultado do período da controlada	(382)	(1.389)	(382)	(1.389)
Valor contábil do investimento - ativo não circulante	65.471	66.192	65.471	66.192

Resultado de equivalência patrimonial

	2024		2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses
Depósitos à vista	72	-	-	72
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	211.441
Depósitos a prazo	-	495.537	217.817	223.049
Total	72	495.537	217.817	936.403

Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média das captações dos depósitos a prazo é de 101% do CDI (102% do CDI em 2023).

14. Captações no Mercado Aberto: Em 31 de dezembro de 2024, estão representadas por obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação no montante de R\$ 1.010.012 (R\$ 886.740 em 2023) e operações de venda com compromisso de recompra no montante de R\$ 15.004 (R\$ 0 em 2023), com vencimentos até março de 2025 e taxa média de 11,99% ao ano (10,91% ao ano em 2023).

15. Obrigações por Empréstimos

	Taxa de juros a.a.		Vencimentos até	Saldo em 2024
	Linhas de crédito	Linhas de crédito		
Obrigações por empréstimos no exterior (1)	5,10% a 5,16%	26/07/2027	-	1.866.665
Financiamentos à exportação	4,52% a 4,95%	25/04/2025	-	131.475
Total				1.998.140

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

	Taxa de juros a.a.		Vencimentos até	Saldo em 2023
	Linhas de crédito	Linhas de crédito		
Outras obrigações em moeda estrangeira (1)	5,31% a 5,32%	04/01/2024	-	6.621.517
Financiamentos à exportação	5,63% a 5,88%	04/06/2024	-	268.152
Total				6.889.669

(ii) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

16. Obrigações por Repasses: Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.253.204 (R\$ 0 em 2023) estão representadas por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, sendo R\$ 14.744 com vencimento em abril de 2025 e R\$ 1.238.460 com vencimento em abril de 2029. **17. Outros Passivos: a. Composição de outros passivos financeiros:**

	2024		2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Relações interdependências	-	-	-	5.734
Negociação e intermediação de valores	91.685	-	91.685	5.313
Total	91.685	11.047	91.685	11.047

b. Composição de outros passivos:

	2024		2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	91.844	-	41.350	24.990
Impostos e contribuições a recolher	41.350	-	24.974	14.701
Provisão para despesas de pessoal	24.974	-	894	634
Valores a pagar sociedades ligadas	894	-	8.634	4.249
Outros	8.634	-	167.696	44.574
Subtotal	167.696	44.574	167.696	44.574
Provisão para despesas de pessoal	9.780	-	9.780	11.498
Subtotal	9.780	11.498	9.780	11.498
Total	177.476	56.072	177.476	56.072

18. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a. Ativos contingentes: O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas: O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3p. O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisão para contingências", no passivo não circulante. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 212 (R\$ 429 em 2023). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 16.393 (R\$ 15.515 em 2023), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.990 (R\$ 5.814 em 2023) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 9.065 (R\$ 8.416 em 2023), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. **c. Obrigações legais:** Em 31 de dezembro de 2024, o processo principal no montante de R\$ 22.309 (R\$ 21.417 em 2023), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade. O Banco não possui outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

d. Movimentação dos saldos:

	2024		2023	
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Cíveis
Saldo inicial	677	3.257	28.411	1
Constituição	2	-	192	-
Atualização	81	139	1.276	-
Pagamento	-	-	-	(1)
Total	760	3.396	29.879	-

Depósitos judiciais

	2024		2023	
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total
Saldo inicial	104	18.312	29.384	47.800
Constituição	13	2.695	192	2.900
Atualização	8	1.270	1.329	2.607
Pagamento	-	(25)	-	(25)
Total - (nota 11a)	125	22.252	30.905	53.282

19. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.825.473, está representado por 107.076 (101.010 em 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a

com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU. **a. Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 8.888 (R\$ 6.710 em 2023) e a quantidade total de ações devidas é de 68.581 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 322,17 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 9.200 (R\$ 2.799 em 2023).

	2024		2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾
Devido	68.581	22.095	71.881	16.935
Provisionado	27.589	8.888	28.480	6.710
A provisionar	40.992	13.207	43.401	10.225

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

	2024		2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	322,17 ⁽ⁱ⁾
Devido	25.244	8.133	29.781	9.595
Provisionado	16.467	5.305	10.500	3.383
A provisionar	8.777	2.828	19.281	6.212

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

b. Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*): De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 5.661 (R\$ 4.222 em 2023) e a quantidade total de ações devidas é de 41.138 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 322,17 por ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve despesa de R\$ 3.584 (reversão de R\$ 621 em 2023).

	2024		2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾
Devido	41.138	13.254	32.244	7.597
Provisionado	17.573	5.661	17.919	4.222
A provisionar	23.565	7.593	14.325	3.375

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

	2024		2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	322,17 ⁽ⁱ⁾
Devido	10.445	3.365	17.102	5.510
Provisionado	10.445	3.365	6.712	2.162
A provisionar	-	-	10.390	3.348

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

23. Benefícios a Empregado Pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 2.652 (R\$ 1.168 em 2023). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **24. Índice de Basileia e Limites Operacionais:** O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia amplo do Conglomerado é de 51,65% (25,08% em 2023), o patrimônio de referência de R\$ 3.223.084 (R\$ 3.256.187 em 2023) e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (*RWA*) de R\$ 399.489 (R\$ 952.960 em 2023). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização.

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Izabel Eliza de Oliveira Salvucci
Rodrigo Almeida Sergio
Luciana Chi

Jaques Mester
Victor de Souza Rosa
Fabio Tirolli de Sousa

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Sistemas de controles internos e de administração de riscos:** O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado são adequados e suficientes. **Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas:** O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Conglomerado. **Auditoria interna:** O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução. O Comitê avalia como adequada a cobertura e a

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

mações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado; – Teste por amostragem das liquidações financeiras de instrumentos financeiros derivativos realizados durante o período; – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de

25. Despesas de Pessoal

Proventos
Encargos sociais
Benefícios
Outras
Total

26. Outras Despesas Administrativas

Serviços do sistema financeiro
Processamento de dados
Serviços de terceiros
Aluguéis
Depreciação/amortização
Serviços técnicos especializados
Contribuições filantrópicas
Comunicações
Água, energia e gás
Condomínio
Outras
Total

27. Outras Receitas Operacionais

Reversão de provisões operacionais ⁽ⁱ⁾
Recuperação de encargos e despesas
Reversão de provisão de ajustes prudenciais
Atualizações monetárias
Outras
Total

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

28. Receitas de Prestação de Serviços

Rendias de serviços prestados a ligadas
Rendias de garantias prestadas
Rendias de comissão de colocação de títulos
Rendias de outros serviços
Total

29. Outras Informações: a. Garantias financeiras prestadas: As garantias financeiras prestadas são registradas em nome dos beneficiários ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de garantias financeiras prestadas honoradas e não honoradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, utilizando os critérios definidos na nota 3g. São concedidos créditos por meio de garantias financeiras prestadas, conforme quadro a seguir:

	2024		2023	
	Fianças bancárias	Standby letter of credit	Fianças bancárias	Standby letter of credit
Garantias financeiras prestadas	590	-	2.469	23.087
Provisão para perdas garantias financeiras	-	-	(1)	(23)
Total	590	-	2.468	23.064

b. Operações ativas vinculadas: Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN n° 2.921, conforme demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Operações de crédito				
Nota de Crédito à Exportação (nota 9a)	1.253.204	-	273.797	(7.738)
Repasso interfinanceiro	-	-	-	(423)
Obrigações por empréstimos e repasses				
Repasses do exterior (nota 16)	(1.253.204)	-	(273.797)	8.161
Total	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração das operações ativas vinculadas era suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN n° 4.677. **30. Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB n° 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resultado do Banco era integralmente recorrente.

qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Conglomerado. **Auditoria externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **Demonstrações financeiras:** O Comitê analisou as demonstrações financeiras em conjunto com as notas explicativas, relativas ao semestre e exercício de 2024 e revisou com a KPMG e com os executivos do Conglomerado antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN n° 4.910 e que o sistema de controles do Conglomerado é adequado à complexidade e riscos de seus negócios. São Paulo, 21 de março de 2025.

Comitê de Auditoria

Aos Acionistas e aos Administradores do

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos:** Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme divulgado nas notas explicativas 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 405.007 mil (ativo) e R\$ 4.223.603 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como swaps, termos de moeda (NDF) e operações de futuro, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outras. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros. Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e do resultado por eles gerados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: – Avaliamos o desenho, dos controles internos chave implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; – Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em infor-

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral e a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>